



Resolução

Carreiras, salários e contratação de trabalhadores:

Valorizar os serviços públicos e as funções sociais do Estado!

Mesmo no momento que vivemos, com a demonstração inequívoca do papel insubstituível dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado e perante a importância da actividade desenvolvida pelos trabalhadores da Administração Pública, o governo insiste em não valorizar quem garante aqueles serviços e aquelas funções. O governo continua a querer substituir a valorização efectiva dos trabalhadores por mediáticos aplausos que, apesar de merecidos, são inconsequentes.

Num quadro em que a resposta às necessidades de saúde das populações foi prioritária, o governo não actuou sobre os atropelos aos direitos dos trabalhadores. Não o fez, nomeadamente quanto à imposição de horários concentrados, ao gozo de férias forçadas, à falta de descanso entre turnos, à perda de subsídios e complementos, à ausência de Serviços de Saúde Ocupacional e, também, à perda de rendimentos.

Perante esta realidade e apesar das muitas insistências da Frente Comum, o governo decidiu, conscientemente, afastar os Sindicatos da construção de soluções. Furtou-se ao diálogo e à auscultação dos trabalhadores, atitude que não podemos deixar de voltar a repudiar e denunciar.

Estando hoje, como sempre, na linha da frente da defesa dos direitos das populações e de uma Administração Pública que os garanta, os trabalhadores exigem respeito pelas suas reivindicações e soluções concretas para os problemas que identificam.

Da Saúde à Escola Pública, dos Resíduos Sólidos às Finanças, das Forças de Segurança à Segurança Social, das Inspeções à Cultura, das Autarquias ao Estado Central, muitos milhares de trabalhadores

responderam às necessidades impostas pela pandemia. Aliás são eles que respondem, todos os dias, às necessidades dos milhões de pessoas que a eles recorrem.

Tais dedicação e empenho não podem ser correspondidos com a continuação de políticas de desinvestimento na Administração Pública, nem com a crónica opção pela não valorização dos seus trabalhadores.

Os tempos que correm tornaram também mais claro o papel que os sucessivos governos do PS, PSD e CDS, tiveram na degradação dos Serviços Públicos, de que são exemplo o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde e na Escola Pública e a descapitalização da Segurança Social. São serviços que urge reforçar, garantindo que, tal como noutros, existam políticas de investimento público que assegurem às populações o acesso universal a importantes direitos, cumprindo a Constituição da República Portuguesa.

Na certeza de que a necessária alteração de políticas passa também pelo reforço dos direitos dos trabalhadores, reclamando com determinação resposta ao Manifesto Reivindicativo da Frente Comum, os Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais, reunidos em Plenário, afirmam que o caminho da Luta é o que garantirá a melhoria das condições de trabalho na Administração Pública e o reforço das Funções Sociais do Estado e exigem:

- O justo aumento dos salários e a dignificação das carreiras;
- A contratação imediata de trabalhadores em número adequado para garantir o funcionamento e o reforço dos Serviços;
- A valorização efectiva dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

Os participantes no Plenário decidem, ainda, a entrega da presente resolução à Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, como testemunho das suas exigências e sinal de empenho na Luta para as alcançar.

Plenário de Sindicatos da Frente Comum
25 de Junho de 2020